

“AUDITORIA AMBIENTAL” NO INSTITUTO CAUS AMBIENTALIS: UM PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM FOCO E FINS DE CERTIFICAÇÃO <https://doi.org/10.63330/aurumpub.008-009>**Marcos Scarpioni**

MBA em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Especialista em Direito Ambiental, Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental, Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Mestre em Ciências da Religião.
E-mail: scarpionim@gmail.com

RESUMO

Nossa pesquisa trata-se de uma pesquisa-ação, objetivando instrumentalizar, conscientizar e preparar os membros do Instituto *Caus Ambiental* quanto a importância da transparência das atividades institucionais através de uma simulação de uma auditoria ambiental para fins de certificação. Como procedimentos metodológicos, servimo-nos: a) Apresentação da proposta para aprovação; b) Diagnóstico preliminar da situação do instituto; c) Elaboração de plano de ação e um cronograma de atividades; d) Treinamentos e instrumentalização dos membros; e) Elaboração dos critérios e equipe de auditoria e f) Auditoria Ambiental Simulada. Como resultados obtivemos um conjunto de inventários elaborados posteriormente aos treinamentos, o despertar da conscientização dos membros em desenvolver e manter os mecanismos de controle que ainda não existiam, e também, de melhorias no clima organizacional com maior dinâmica entre os níveis de decisão. Conclui-se que a auditoria ambiental simulada é um instrumento relevante para as instituições do terceiro setor que buscam implantar sistemas auto declaratórios de transparência em suas ações, bens e serviços em seus ramos de atuação, os quais são prestados à sociedade. Pois estas permitem as instituições de fato sintonizarem suas ações com normas, programas, políticas socioambientais em desenvolvimento em nossa sociedade. Todavia, ainda fica patente que se faz necessário o aperfeiçoamento constante nas boas práticas de controles interno e externo não só no instituto para que de fato exista eficácia, eficiência e transparência nos processos, mais em quaisquer organizações do terceiro setor que desejam continuar atuando e/ou buscando excelência na sustentabilidade organizacional.

Palavras-chave: Auditoria Ambiental; Terceiro Setor; Controle; Transparência; Efetividade.



1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos uma síntese de um processo de inovação realizado no Instituto *Caus Ambiental* localizado na cidade de Rio Grande da Serra, no Grande ABC Paulista. Afinal, perguntávamos, por meio de uma auditoria ambiental independente e simulada seria possível instrumentalizar e ampliar a visão gerencial de educação e gestão socioambiental dos membros neste espaço?

Como já difuso, o terceiro setor é composto por diversos segmentos e ramos de atuação que necessitam cada vez mais de transparência em suas ações perante a coletividade pública. Neste contexto, a auditoria ambiental se faz necessária para tais instituições e/ou entidades sem fins lucrativos como um dos instrumentos legais para transparência e efetividade.

Portanto, o tema que abordamos neste trabalho é a auditoria ambiental no terceiro setor (TS), especificamente no controle interno das ações, atividades e demais intenções de cuidado com o meio ambiente promovidas pelo Instituto *Caus Ambiental*. Pois, as questões socioambientais por estarem em evidência nas redes midiáticas, podem ser um fator estratégico de “atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e demais tipos de Organizações Sociais Civis (OSC)” (OTS, 2021) as quais precisam de ser fiscalizadas, além de prestarem esclarecimentos de suas atividades socioeconômicas, prestação de serviços, etc.

Afinal, Mesmo as organizações sem fins lucrativos precisam de clientes se quiserem sobreviver e prosperarem (ROBBINS, DeCENZO & WOLTER, 2012), pois a cada dia, nossos modelos tradicionais de como pensamos e agimos têm-se transformado, se renovando e conseqüentemente influenciando diferentes segmentos de nossas vidas.

Diante deste período de mudanças e inovações em uma dinâmica constante na qual vivemos, é preciso de serem observadas as questões ambientais, sociais e econômicas, pelas quais as instituições são influenciadas, impulsionadas, conduzidas a reflexão para a melhor adaptabilidade aos demais setores públicos, privados, etc.

Assim podemos notar que a razão de ser da organização são seus clientes e as demandas advindas desses, as quais devem ser identificadas, absorvidas na geração de produtos de modo a agregar o valor necessário para conquistá-los e mantê-los. Por conseguinte, administrar e gerir bem os recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros (STADLER & MAIOLI, 2012) mesmo no TS, torna-se algo primordial.

Embora, as instituições do TS não visem diretamente o lucro, todavia, possuem ativos para seu desenvolvimento e ampliação de seus objetivos, metas e atividades-fim. Estas buscam atuar onde o poder público e privado não suprem as demandas sociais (PEREIRA, 2013). Por isto, aí existiria uma necessidade de ter seus sistemas de controles e de gestão de seus recursos próprios.



Logo, por terem uma responsabilidade social corporativa, definida como o “grau em que uma [...] [instituição] aceita obrigações com a sociedade para além do instituído pelas exigências legais” (MARCOUSÉ, SURRIDGE & GILLESPIE, 2013, p. 182) é que as organizações podem, precisam gerar transparência de suas atividades por meio de fiscalizações, vistorias, auditorias realizadas com uma certa periodicidade.

Notadamente, os processos de gestão estratégica (CAMPOS, 2016), sistemas de gestão ambiental (BARBIERI, 2007), auditorias e perícias ambientais (SALES, 2001; PHILLIPI JR. & AGUIAR, 2004; VILELA JR., 2006; CUNHA & GUERRA, 2012; CAZUMBÁ, 2017) permitem verificar quantitativamente e qualitativamente se o TS (as ONGs em especial) tem contribuído de direito e de fato em uma sociedade onde aceleram, segundo Ioschpe (2005):

os impactos de um Estado que vem diminuindo cada vez mais sua ação social e de uma sociedade com necessidades cada vez maiores, [na qual também] cresce a consciência nas pessoas – tanto físicas, quanto jurídicas – de que é necessário posicionar-se proativamente no espaço público, se o que deseja é um desenvolvimento social sustentado (IOSCHPE, 2005, p. I, grifo nosso).

Tais situações, atualmente, se acentuam frente as influências de um modelo neoliberal e de um Estado mínimo. Por isto, escolhemos o Instituto *Caus Ambientalis*, para a realização da pesquisa, por esta ser uma “Organização Não-Governamental” (ONGSBRASIL, 2021), logo, uma Organização Social Civil que atua nas questões sociais e ambientais, e que ainda, realiza o *advocacy*¹ pelas causas socioambientais em Rio Grande da Serra, uma das sete cidades da Região do Grande ABC Paulista.

Por objetivo geral temos: Fomentar uma auditoria interna (primeira parte e independente) (MORAES & PUGLIESI, 2014), de maneira simulada no Instituto *Caus Ambientalis* visando contribuir na instrumentalização técnica de seus gestores e colaboradores, focando a compreensão das relações nos mecanismos de controles interno e externo oportunizando assim, a geração de melhorias contínuas em procedimentos, gestão de recursos, processos, com perspectiva de alcançar a médio e longo prazos, a realização de tantas outras auditorias² futuras em períodos oportunos para a obtenção de certificações ambientais.

E por objetivos específicos: a) Verificar atentamente os documentos³, registros e atividades realizadas pelo Instituto nos últimos 5 anos; b) Analisar como são (ou não) realizados os registros de programas, ações, procedimentos, processos internos e externos (controles e comunicações); c)

¹ É a identificação, defesa e promoção de uma causa, engajamento para a propositura e implementação de políticas públicas que busquem resolução de problemas sociais, econômicos e ambientais bem definidos, nos quais buscasse a inserção, sensibilização, envolvimento e engajamento de vários grupos sociais por meio de ações, atividades e planos de ação que foquem na redução dos impactos negativos presentes na demanda advinda de toda a sociedade.

² (de segunda e terceira parte)

³ Estatuto, atas, balancetes desde 2018, quando o instituto oficialmente passa a existir, embora, existam processos e procedimentos informais que se desdobraram desde sua fundação em 2002;



Compreender quais são as necessidades de adequação da instituição nas políticas socioambientais para pleitear certificações ambientais em períodos futuros;

Justificamos nosso interesse neste objeto após partimos de informações de que o Instituto *Caus Ambientalis* é uma Organização⁴ Não-Governamental, uma entidade ambientalista e de utilidade pública como descrito em seu estatuto e reconhecida publicamente por meio de decreto estadual e lei municipal de n. 2.242/2017 respectivamente. Portanto, optamos por verificar suas ações por meio da instrumentalização dos seus membros, bem como de auditoria ambiental simulada.

Além disso, esta instituição desperta-nos interesse por já apresentar trabalhos de pesquisa realizados como avaliação de suas atividades por meio das ferramentas gerenciais “Análise de SWOT” e “Ciclo PDCA” (SHOJI & MANTONI, 2018, p.10 e p. 28).

Por isto, propomos em continuidade, o aprofundamento de outras análises ao nível de controles internos e externos diversos, para identificação de outras oportunidades de melhorias e, conseqüentemente, o ampliar de seus horizontes de atuações através da obtenção de futuras certificações de qualidade ambiental.

E ainda, cabe ressaltar que por estarmos na década final da implantação da Agenda 2030 (ONU, 2016), na qual estão propostos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e dentre eles podemos destacar que os ODS 4, que trata da Educação em suas múltiplas vertentes, o ODS 8 que aborda oportunidades de trabalho de maneira ampla, o ODS 16 que preconiza a paz entre as organizações, e por fim, o ODS 17 que fomenta as parcerias. Nisto, acreditamos que o instituto tenha muito a contribuir neste processo de implantação da Agenda 2030 na região, o que de fato implicará em uma maior precisão nas ações socioambientais ofertadas.

Neste contexto, estruturamos nossa pesquisa com a finalidade de encontrarmos novas oportunidades de melhorias através de treinamento e preparação dos membros em sentido de instruí-los sobre a abrangência da responsabilidade socioambiental vigente, e ainda, das auditorias ambientais, pois conforme Silva (2021) “cada vez mais, empresas⁵ de médio e grande porte precisam contar com relatórios de auditoria”.

Pois, como Knapik (2011), também, acreditamos que para melhorar a interação (inter) pessoal, clima organizacional e segurança no trabalho, envolvendo os “diversos níveis de decisão (estratégico, tático e operacional)” (CAMPOS, 2016; SILVA, 2021), é sempre necessário um novo processo de instrução técnica

4 Não existe no ordenamento jurídico esta nomenclatura e personalidade jurídica, o que existe são as associações sem fins lucrativos como está previsto no Marco Regulatório das Organizações Sociais Cíveis que abriga artigos do código civil que define o que são as associações sociais.

⁵ Grifo da autora



e treinamento dos membros para tal aperfeiçoamento, o que pode ocorrer por meio da prática da auditoria ambiental.

Ao final, esperou-se que neste processo de ensino-aprendizagem houvesse uma contribuição significativa para a realização da auditoria ambiental interna simulada e, consecutivamente, o aperfeiçoamento de melhorias em resultados, pela imersão dos membros neste ambiente de verificação, fiscalização e controle para fins de certificações ambientais futuras.

1.1 O TERCEIRO SETOR – DEFINIÇÕES, AÇÕES E INTERVENÇÕES SOCIAIS

Conceituar o Terceiro Setor (TS), não é tarefa fácil, pois é algo muito amplo, complexo em virtude de uma miríade de interpretações. Contudo, partiremos de definições e tipos de associações descritas pelo Observatório do Terceiro Setor (OTS). Assim, temos o TS definido como [...] [um campo de atuação] composto por organizações privadas sem fins lucrativos e de interesse público, as chamadas organizações da sociedade civil (OSC) (OTS, 2020).

Um dos ramos do TS são as ditas Organizações Não-Governamentais (ONG).

O termo teria sido utilizado pela primeira vez em 1950 na ONU, o qual designava as instituições da sociedade civil que não estivessem vinculadas a um governo e no Brasil, as ONGs teriam surgido na década de 60, durante o período do regime militar, engajando-se na luta pela redemocratização do país. Passando pela reabertura política do país, já no início da década anos 90, ganharam maior visibilidade em função da ECO 92 e do Movimento pela Ética na Política de 1993, que desencadeou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (OTS, 2020, grifo nosso).

Embora, não visem lucro, o TS movimentava bilhões gerando economia no Brasil e no mundo (ISFTSR, 2023), e é notável como as ONGs estão vinculadas as causas sobre direitos humanos, meio ambiente, saúde, educação popular, etc., e funcionam em redes, maximizando as ações sociais às quais se dedicam, atuando em conjunto com governos, instituições internacionais ou multilaterais e empresas privadas.

Atualmente, as ONGs, recebem a nomenclatura de “entidades privadas sem fins lucrativos”, com finalidade pública. Contudo, o termo ONG não está definido na legislação brasileira, existindo somente sob a forma de uma associação ou sob a forma de uma fundação. Entretanto, o termo ONG, não pode ser aplicado a todas associações e fundações, mesmo que sejam organizações privadas sem fins lucrativos conforme o novo marco regulatório das organizações sociais civis (MROSC) (Lei n. 13.019/2014) (PLATAFORMA MROSC, 2015). Assim, estas distinguem-se entre si, pois, cada tipo de organização social recebera outras nomenclaturas com o advento do MROSC.

Logo, a definição atual de ONG harmoniza-se com aquilo que descreve Ioschpe (2005, p. 11) resgatando o pensamento de Ruth Cardoso que afirmara que o [...] [TS] seria um espaço de participação e



experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social. É o surgimento de uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas de sentido público”. Contudo, o [...] [TS] não se refere, no entanto, a uma massa de instituições homogêneas (IOSCHPE, 2005).

Segundo Lacruz (2014), o papel do [...] [TS] é atuar na representação dos mais diversos interesses da sociedade civil, sem substituir, no entanto, o papel da administração pública [direta e indireta de maneira geral] nem inibir o empreendedorismo do mercado, visando não o lucro, mas os resultados diretos e indiretamente de seus benéficos para a sociedade.

E desta forma, o Instituto *Caus Ambientalis* se enquadra nestas definições.

1.2 AUDITORIAS AMBIENTAIS – COM FOCO NAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

A palavra auditoria vem do latim *audire*, que significa “ouvir” (CAZUMBÁ, 201?). Outra interpretação seria de que o termo auditoria seria derivado do latim *auditus* “audição” (ENAP, 2019). Para a escola nacional de administração pública, quando mencionamos o termo, é preciso resgatar o período de suas origens, nas tarefas associadas à área de auditoria de Uruque na Mesopotâmia de 3.500 a.C. Pois:

seu surgimento relaciona-se provavelmente com as alterações na forma de gerir as atividades comerciais decorrentes do crescimento à época, do advento da vida urbana e do surgimento da escrita, por meio do qual historiadores encontraram vestígios de tiques e outras marcações de verificação junto a registros numéricos de transações (ENAP, 2019, p. 5-6, grifo nosso).

Nota-se então, o quão antigo é o processo de auditoria e como esta, veio se transformando ao longo dos séculos, tornando-se assim relevante nos dias atuais. Encontramos também no *dictionnaire environnement* (ACTU ENVIRONNEMENT, 2019) a auditoria ambiental definida como:

Audit environnemental⁶

L'audit environnemental désigne un instrument de gestion comprenant une évaluation systématique, documentée, périodique et objective de l'efficacité de l'organisation, du système de gestion et des procédures destinées à la protection de l'environnement.

On distingue deux types d'audits: - Audits externes réalisés par des entités externes à l'entreprise auditée, à la demande ou pas de ladite entreprise, en appliquant ses propres critères quant à la portée, l'organisation et la réalisation de l'audit ou, au moins, quant aux deux derniers aspects.

Audits internes réalisés par le personnel de l'entreprise ou par des entités externes à l'entreprise auditée, à la demande de ladite entreprise, et en appliquant des critères propres en ce qui concerne la portée, l'organisation et la réalisation de l'audit. (ACTU ENVIRONNEMENT, 2019).

⁶ Auditoria ambiental

A auditoria ambiental se designa por um instrumento de gestão que compreende uma avaliação sistemática, documentada, periódica e objetiva a eficácia da organização, do sistema de gestão e dos procedimentos destinados à proteção do meio ambiente. Existem dois tipos de auditorias: - Auditorias externas realizadas por entidades externas à empresa auditada, a pedido desta ou não, aplicando critérios próprios quanto ao âmbito, organização e execução da auditoria. pelo menos, quanto aos dois últimos aspectos. Auditorias internas efetuadas por pessoal da empresa ou por entidades externas à empresa auditada [consultorias contratadas], a pedido desta, e aplicando critérios próprios quanto ao âmbito, organização e execução da auditoria.



Conforme os autores DIAS (2020); FAVENI (2020); TAMARTHI (2019); ANTONOVZ (2014); SILVA & PRZYBYSZ (2014); MORAES & PUGLIESI (2014); MAZZAROTTO & BERTÉ (2013); PHILIPPI JR. & AGUIAR, (2004); SALES, (2001) compreendem a auditoria ambiental como uma ferramenta de gestão de processos, de verificação de controles, de instrumento de análise e de aperfeiçoamento organizacional. E ainda, para Barbieri (2007) esta estaria definida como “instrumento de múltiplos propósitos”, para o atendimento de demandas sociais advindas da coletividade pública, do poder público e do mercado.

Tecnicamente, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) de n. 306/2002, define Auditoria Ambiental como sendo:

um processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências que determinem se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados ou se as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria estabelecidos nesta Resolução, e para comunicar os resultados desse processo (Conama, 2002, grifo nosso).

E pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, na NBR 14010 está preconizado os critérios para se auditar uma organização, sendo eles, a verificação de: políticas, práticas, procedimentos ou requisitos em relação aos quais o auditor compara as evidências coletadas sobre o objeto da auditoria, e por evidências podem ser compreendidas como: informações verificáveis, registros ou declarações (ABNT, 1996).

Contudo, destacamos a atenção para a obsolescência desta, em virtude de sua absorção pela NBR 19011/2002. Inclusive, cabe ressaltar, que esta última já passou por processo de revisão e atualização em 2015 (ABNT, 2002; ABNT, 2015), e pela International Standard (ISO, 2018).

Pela International Standard Organization (2018) a auditoria está definida como:

audit⁷

systematic, independent and documented process for obtaining objective evidence [...] and evaluating it objectively to determine the extent to which the audit criteria [...] are fulfilled.

Note 1 to entry: Internal audits, sometimes called first party audits, are conducted by, or on behalf of, the organization itself.

Note 2 to entry: External audits include those generally called second and third party audits. Second party audits are conducted by parties having an interest in the organization, such as customers, or by other individuals on their behalf. Third party audits are conducted by independent auditing organizations, such as those providing certification/registration of conformity or governmental agencies (ISO, 2018).

⁷ [É um] processo sistemático, independente e documentado para obter evidência objetiva [...] e avaliá-la objetivamente para determinar até que ponto os critérios de auditoria [...] são atendidos. Nota 1 de entrada: As auditorias internas, às vezes chamadas de auditorias de primeira parte, são conduzidas pela própria organização ou em nome dela. Nota 2 de entrada: As auditorias externas incluem aquelas geralmente chamadas de auditorias de segunda e terceira parte. As auditorias de segunda parte são conduzidas por partes interessadas na organização, como clientes, ou por outros indivíduos em seu nome. As auditorias de terceiros são conduzidas por organizações de auditoria independentes, como aquelas que fornecem certificação/registo de conformidade ou agências governamentais (ISO, 2018).



Destarte, as auditorias são métodos pragmáticos, que tem valorização da prática para além da teoria, buscando a verdade em fatos concretos e não em objetivos declarados, manifestados pelas organizações. Dessa forma, as auditorias são ferramentas indispensáveis para gestão de organizações no terceiro setor (DIAS, 2020; CAZUMBÁ, 201?).

2 METODOLOGIA

Conforme Thiollent & Silva (2007, p. 94) a “perspectiva socioambiental expõe e requer uma abordagem sistêmica, não limitada à análise de variáveis isoladas, mas, de um modo capaz de apreender o todo e as partes nas suas relações com o todo, enxergando a complexidade que resulta da interação entre as partes”.

Desta maneira, nossa pesquisa pode ser desenvolvida em meio a uma investigação em campo, além de, levantamentos bibliográficos e consecutivamente do envolvimento e da interação com os demais atores sociais, como membros, trata-se de uma pesquisa-ação⁸ (THIOLLENT & SILVA, 2007). Compreende-se como de natureza aplicada, na qual busca-se analisar documentação (atas, estatuto), registros, controles internos (balançotes orçamentários, financeiros e patrimoniais) e externos, política institucional, etc., para subsidiar uma simulação de auditoria ambiental como um processo de ensino e aprendizagem aos participantes-dirigentes do instituto.

Nossa pesquisa foi desenvolvida com pelo menos quatro fases distintas e complementares:

a) Levantamento bibliográfico nas principais bases de dados como Scielo, Periódicos da Capes, e sítios da internet; b) Visitação a instituição, apresentação e recepcionamento da proposta em reunião extraordinária, além de, uma diagnose e verificação preliminar de documentos; procedimentos; etc. c) Diagnose do grau de conhecimento técnico sobre auditoria ambiental que os participantes dirigentes do instituto possuíam por meio da aplicação de um questionário elaborado com questões aberta e fechada; d) Realização de treinamento presencial (uso de textos sobre o tema principal que é a auditoria ambiental no terceiro setor extraído das redes midiáticas, artigos científicos e pequenos vídeos para discussões, debates, ampliação do repertório sobre a importância da auditoria ambiental para as associações sem fins lucrativos); e) Preparação e execução de uma auditoria ambiental simulada. E por fim, complementando esta fase, se efetivou a elaboração do relatório final de auditoria.

⁸ A pesquisa-ação é uma metodologia que abrange um amplo conjunto de métodos e técnicas de pesquisa, ensino, extensão, avaliação, gestão, planejamento etc., cujo denominador comum é o princípio da participação, em diversas formas e graus de intensidade, de todos os atores envolvidos nos problemas que pretendem solucionar. Assim, a pesquisa é realizada dentro de um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na identificação e na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados. A proposta de metodologia participativa não é meramente instrumental. Fundamenta-se na crítica da metodologia unilateral, na crítica social das práticas científicas convencionais e de seus aspectos de dominação, de desconhecimento, aproveitamento ou extorsão do saber popular ou nativo. (THIOLLENT & SILVA, 2007, p. 94).

Para tanto, consultamos as principais normas técnicas de auditoria ambiental, legislação ambiental e manuais complementares que abordam a questão das auditorias ambientais, especificamente, aquelas direcionadas as questões socioambientais e que se inserem, enquadram-se no terceiro setor.

Todas estas fases foram cumpridas no período de 20.08.2021 à 30.05.2022. Mas, enquanto escrevíamos este artigo, o próprio instituto, estaria sofrendo transformações internas.

2.1 AS PROPOSITURAS E INTERVENÇÕES NO INSTITUTO

Foi efetivado uma sondagem inicial para identificar o grau de conhecimento que os membros participantes do instituto possuíam sobre a auditoria ambiental, no qual foi possível de imediato suscitar que existiam problemas nas comunicações internas, e ainda, nas comunicações externas.

Diante de tal situação, elaboramos e apresentamos uma proposta de auditoria para o instituto em reunião e uma vez esta aprovada em reunião com os membros, passamos a elaborar os instrumentos de coleta de informações (questionário)⁹ (THIOLLENT & SILVA, 2007) a ser aplicados nos participantes do instituto da alta administração, gerência e operacional para, e somente então, avançar na realização das fases subsequentes.

Figura 1. Recorte do Questionário utilizado para coleta de informações preliminares

<p>Este questionário é parte importante para a realização de um projeto de pesquisa que necessita de sua contribuição. Portanto, responda as perguntas com muita atenção e com maior transparência, o que garantirá a qualidade final dos trabalhos realizados e consequentemente, estes se reverterão a instituição não governamental Instituto Caus Ambientalis.</p>	
<p>QUESTIONARIO 1 – APLICACAO AOS PARTICIPANTES E MEMBROS DO INSTITUTO (FASE DE PLANEJAMENTO)</p>	
1)	O Sr./Sra. Srta. tem conhecimento sobre a instituição possuir organograma detalhado das funções dos membros? SIM () NÃO ()
2)	Se existe organograma está disponível e na forma de fácil acesso para o público em geral? SIM () NÃO ()
3)	O Sr./Sra. Srta. tem conhecimento sobre uma política ambiental institucional bem definida? SIM () NÃO ()
4)	O Sr./Sra. Srta. tem conhecimento se a política ambiental da instituição está em sintonia com o que preconiza as políticas públicas socioambientais no âmbito federal, estadual e municipal? SIM () NÃO ()
5)	Se está em sintonia, com qual(is) O Sr./Sra. Srta. tem conhecimento? Descreva sucintamente pelo menos uma delas. _____ _____
6)	O Sr./Sra. Srta. tem conhecimento se a política ambiental institucional está disponível para ser vista por todo o tipo de público, visitantes, colaboradores, fornecedores, consumidores, stakeholders? Onde? Descreva

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

⁹ Foram aplicados 11 questionários entre os 11 membros, mas, somente 81,2% dos membros deram retorno em um prazo estipulado para a entrega final. Em seguida, com o diagnóstico efetivado, partimos para análise das respostas e elaboramos um quadro de atividades a serem realizadas na simulação de auditoria, e procuramos então, refletir sobre o escopo da auditoria seguindo as normas técnicas previstas na NBR 19011.



Com a análise das respostas e explorando o site da instituição, verificamos os programas, atividades que o instituto possuía, sendo foi possível realizar um diagnóstico mais preciso da situação atual e real em que se encontravam os processos, procedimentos, controles, e a partir destas informações, avançamos para as demais fases da pesquisa.

Elaboramos então, um cronograma com ações práticas em um processo motivacional (KNAPIK, 2011). E para fins de treinamento, selecionamos uma série de textos¹⁰ sobre consultorias, assessorias sobre auditoria ambiental os quais foram coletados do circuito comercial, obtidos em sites e redes sociais, materiais que dariam suporte para a compreensão e a realização de auditoria e assim distribuimos aos membros para o desenvolvimento deste processo educacional.

Em virtude do período pandêmico (Covid – 19), foi efetivada uma nova reunião virtual para debates, discussões e esclarecimentos de pontos pertinentes quanto ao que seria uma auditoria ambiental, sua finalidade, importância e porque o instituto deveria passar por tais procedimentos. Dessa forma, foi possível equalizar a aquisição de conhecimentos preliminares por todos sobre auditoria ambiental e na sequência desenvolvermos o treinamento¹¹ presencial previamente agendado.

Embasado na andragogia¹² e na aprendizagem por resultados proposta por Knowles, Holton III & Swanson, (2005), no primeiro encontro presencial para o treinamento, resgatamos os conceitos sobre auditoria ambiental e debatemos reafirmando a importância de se ter um processo de auditoria no instituto a partir dos conhecimentos prévios adquiridos pelas leituras dirigidas de textos, e ainda, na sequência apresentamos o vídeo: “o que é auditoria ambiental?”¹³ visando fixar os conteúdos, conceitos em cada membro ali presente.

Para este encontro foi elaborado e distribuído aos participantes um material didático instrucional cunhado sob a taxonomia¹⁴ de Bloom na qual afirma que a aprendizagem dos indivíduos perpassa por determinados domínios como: cognitivo, afetivo e psicomotor nos quais as informações vão sendo absorvidas (LOBO, 2021; SAE DIGITAL,2023).

¹⁰ Um total de 17 artigos técnicos e científicos, os quais demonstravam o que é auditoria ambiental e qual seu grau importância para as instituições do terceiro setor, além das normas técnicas que balizam o processo de auditoria ambiental como é o caso da NBR ABNT 19011/2018, e a norma do Conama resolução de n. 306/2002.

¹¹ Realização de 2 encontros sendo um realizado em dezembro/2021 e outro em janeiro/2022 de acordo com o cronograma estabelecido, mas parcialmente atendendo a este. Pois em virtude de eventos de final de ano e de outros compromissos que o auditado já havia marcado, porém, não comunicado oficialmente, as datas iniciais do treinamento foram adaptadas, reagendadas e consecutivamente realizado o trabalho em períodos posteriores o que de fato interferiria no prazo de entrega de relatório.

¹² ela é um conjunto de princípios de aprendizagem de adultos que se aplicam a todas as situações de aprendizagem de adultos. Os objetivos e propósitos para os quais a aprendizagem é oferecida são um assunto à parte.

¹³ Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=A-FgOkC6bGM>

¹⁴ Taxonomia de Bloom é uma classificação dos objetivos educacionais elaborada por Benjamin S. Bloom, a qual divide a aprendizagem em três categorias e cada nível é mais complexo e específico que o anterior, iniciando com o domínio cognitivo das informações, seguindo o domínio afetivo que é a compreensão e finalmente o domínio psicomotor que é pôr em prática o aquilo que de fato teve como aprendizado (LOBO, 2021).



Assim, os membros foram orientados para realizarem as ações pré-estabelecidas de verificação de controles internos e externos, além de, dar início a elaboração de inventários que não existiam como constatado previamente através das respostas nos questionários aplicados.

Por conseguinte, foram iniciadas as verificações nos bens, produtos e serviços existentes no instituto para a compreensão de quantidade e qualidade, e a elaboração de inventários para a tomada de ciência de todos. Verificou-se biblioteca e livros, quantidade e tipos de doações de materiais e equipamentos eletrônicos, elétricos, materiais didáticos pedagógicos e de consumos disponíveis para aulas e outras atividades, etc. E ainda, registramos os bens fixos como (equipamentos de audiovisuais, ferramental para manutenção de plantas e áreas verdes, veículos, etc.;) e o plantio de mudas e tipologia das espécies, elementos que compõe todo patrimônio institucional.

Dessa maneira, foram realizados os levantamentos e também estruturados os inventários do imóvel (infraestruturas e construções); inventários de móveis (equipamentos audiovisuais – computador, *datashow*, caixas de som, etc.) inventário de doações (em quantidade e qualidade; e também as resultantes de suas vendas); inventário de produtos elaborados, produzidos e comercializados pelo instituto (acessórios, objetos, canetas, canecas, camisetas), etc.

E ainda, foi elaborado um inventário de plantas da Mata Atlântica e exóticas (mudas e plantas em estágios prematuro e avançado de desenvolvimento – compondo o ativo¹⁵ biológico de grande relevância), e neste, cabe um destaque para sua importância, haja vista, que podem ocorrer impactos ambientais *in lócus* em virtude de procedimentos adotados (ou não), necessitando dessa maneira acompanhamento e avaliação (GARCIA, 2014). Finalmente, confeccionou-se um inventário dos serviços prestados à coletividade pública (das ações, atividades e programas realizados pelo ICA).

No segundo encontro de treinamento, retomamos as discussões sobre a importância da auditoria e retomamos os procedimentos que já haviam sido iniciados por outros participantes em treinamento anterior e engajando no processo outros membros que não estiveram presentes no primeiro encontro. Igualmente, assistimos outros dois vídeos: “o que são bens ambientais ativos?” e “o que é contabilidade ambiental?”¹⁶, os quais complementam o primeiro vídeo, permitindo assim uma maior reflexão da importância da auditoria ambiental e de sua funcionalidade para o instituto.

Estes procedimentos educacionais se fizeram necessários na medida em que o instituto é (re)produtor de vegetação da Mata Atlântica na região. Logo, estes são ativos biológicos que devem ter uma

¹⁵ Esses ativos são parte da contabilidade ambiental (ANTONOVZ, 2014) que precisa garantir os registros de vendas, auferição de renda, lucros que deverão ser contabilizados e ter retorno para o instituto, sendo injetados em toda a cadeia de bens, serviços e demais produtos.

¹⁶ Disponíveis em: <https://youtu.be/1pVo6Br2o0k> e <https://youtu.be/i8D3NGsjMDs> respectivamente.



contabilidade ambiental parcial, própria Antonovz (2014) a qual também esteja diretamente relacionada a contabilidade financeira, patrimonial do instituto.

Em seguida, elaboramos um quadro de atividades a serem realizadas na simulação de auditoria ambiental, após nos ter sido enviado, apresentados preliminarmente um conjunto de documentos pela alta administração que poderiam compor o escopo da auditoria, objetivos e finalidade como previsto na NBR 19011/2015 e também na ISO 19011; 2018). De posse dos documentos digitalizados e após análise preliminar (MORAES & PUGLIESI, 2014, p. 119) passamos a formular o escopo da auditoria conforme as necessidades daquele seria o auditado.

Após, o auditado ter sido comunicado sobre as possibilidades de verificação dos tipos de controles, informações verificáveis, na sequência foram selecionados os itens que comporiam o escopo da auditoria ambiental simulada, sendo um total de sete itens dentre eles: contabilidade básica e inventários de móveis, de plantas e de mudas, de equipamentos audiovisuais, entre outros.

Por conseguinte, elaboramos o escopo e o plano de auditoria com base na NBR ABNT19011/2018 e por meio de um modelo de *Check-list* (MORAES & PUGLIESI, 2014; BISWUAS, 2020; KLASTON MANAGEMENT, 2022). E formamos uma equipe que desenvolveria os trabalhos de verificação das dos itens a serem auditados.

Figura 2. Recorte do Escopo elaborado para a Efetivação da Auditoria Ambiental Simulada

AUDITADO	INSTITUTO CAUS AMBIENTALIS
"AUDITOR"	MARCOS SCARPIONI
"EQUIPE DE AUDITORIA"	MARCOS SCARPIONI; [REDACTED]
TIPO DE AUDITORIA	PRIMEIRA PARTE (INTERNA/INDEPENDENTE)
ESCOPO DA AUDITORIA AMBIENTAL	A auditoria de primeira parte (interna e independente) se presta a averiguar, verificar, identificar as formas de controle existentes na instituição, para que de direito e de fato exista transparência e eficiência, eficácia e efetividade em suas ações, atividades, programas, produtos, bens, serviços que são prestados para a coletividade pública tanto na cidade de Rio Grande da Serra, quanto na Região do Grande ABC Paulista.
OBJETIVOS DE AUDITORIA AMBIENTAL	Esta auditoria tem por objetivo geral, apresentar aos membros do instituto como ocorre os procedimentos de uma auditoria ambiental, quais são os procedimentos adotados, os itens a serem vistoriados como controles internos e externos, permitindo a instrumentalização dos membros, interagindo assim com os inventários diversos, contribuindo desta forma para o aperfeiçoamento de procedimentos, processos, bens e serviços prestados pela instituição.
ELEMENTOS A SEREM AUDITADOS	Verificação da contabilidade básica (balançetes orçamentários, financeiros, etc. Verificação do inventário das plantas e mudas Verificação do inventário das doações Verificação do inventário dos móveis Verificação do inventário dos imóveis Verificação do inventário de controle de finanças Verificação de passivos ambientais

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Figura 1. Um breve recorte do Check list aplicado na Auditoria Ambiental Independente

<p>4. Contexto da Organização 4.1 Entendendo a organização e seu contexto A organização deve determinar questões externas e internas que sejam pertinentes para o seu propósito e que afetem sua capacidade de alcançar os resultados pretendidos do seu sistema de gestão ambiental. Essas questões devem incluir as condições ambientais que afetam ou são capazes de afetar a organização.</p>	<p>R:</p> <p style="text-align: center; color: red; font-weight: bold;">confidencial</p>
<p>4.2 Entendendo as necessidades e expectativas de partes interessadas A organização deve determinar: a) as partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão ambiental; b) as necessidades e expectativas pertinentes (ou seja, requisitos) dessas partes interessadas; c) quais dessas necessidades e expectativas se tornam seus requisitos legais e outros requisitos.</p>	<p>R:</p> <p style="text-align: center; color: red; font-weight: bold;">confidencial</p>

Fonte: Extraído de Klaston Management (2022) e adaptado para esta pesquisa.
Elaborado pelo autor, 2022.

É bem verdade que se deixou de verificar outros inventários de produtos elaborados, produzidos e comercializados pelo instituto (acessórios, objetos, canetas, canecas, camisetas); inventário dos serviços prestados à coletividade pública (das ações, atividades e programas) que também estão em fase de elaboração, quiçá, inventários que dariam outras informações igualmente ricas sobre como o instituto tem gerido seus recursos diversos para a prestação de serviços e atendimento das demandas sociais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados, pudemos constatar que, embora, seja difuso que se tenha sido realizado estudos sobre o uso de metodologias de controle de processos como por exemplo: ciclo PDCA e análise SWOT, não constatamos ali a aplicabilidade destas metodologias nos processos desenvolvidos pelo Instituto como registrado em trabalhos anteriores, por não foram mantidos tais procedimentos.

Entretanto, obtivemos novos sistemas de controles internos (9 inventários), embora, já existisse o controle contábil (balancetes financeiros) uma forma de “*compliance*” que era apresentado aos membros por uma contabilidade externa. Com essas ações houvera um aumento do grau de consciência sobre a responsabilidade de prestação de contas e transparência entre os membros e para se comunicar aos *stakeholders*.

Após a auditoria ambiental realizada, elaboramos e apresentamos um relatório de auditoria ambiental final (MORAES & PUGLIESI, 2014, p. 126-7; SILVA, 2021), conclusivo ao auditado para suas análises e conclusões, e ainda, suas tomadas de decisão para a correção, controle e aperfeiçoamento das inconformidades.



Assim geramos o *feedback* a instituição com achados, evidências, conformidades e inconformidades, fornecendo aos seus gestores conforme afirma Silva (2021) uma “‘fotografia’ de como estão acontecendo os processos operacionais”, para que assim fosse possível oportunizar ajustes e as melhorias devidas em preparação para tantas outras vistorias futuras com o objetivo de obter as certificações de qualidade ambientais.

Nota-se que os procedimentos de controles internos ainda são muito incipientes, com muitas inconformidades, pois as evidências coletadas e registradas no local da auditoria ambiental simulada, ainda demonstram, que serão necessárias inúmeras ações para o aperfeiçoamento dos procedimentos, dos processos, etc.

Desta maneira, fica patente que nesta ONG existe uma necessidade de se organizar neste sentido de gerar transparência e promover maior credibilidade, afinal, no “quesito transparência ativa é gritante a baixa apresentação de documentos de modo a cumprir obrigações legais” (Rodrigues, Seara & Teixeira (2021), o que estaria sendo uma realidade constatada em muitos outros institutos, não só neste instituto.

4 CONCLUSÕES

Após a consumação de todo o processo para a realização de uma auditoria ambiental, pode-se concluir que: com o treinamento presencial dos participantes, pode-se afirmar que houvera uma experiência, eficaz, exitosa no instituto. Nota-se uma preocupação por parte dos membros com foco em conhecer mais sobre os registros, as formas de controle, os inventários, afinal, os membros se mostraram surpresos com a existência (quantidade) de itens, bens, produtos e serviços que precisavam ser catalogados, inventariados para que exista de fato, a verificação de balanços patrimoniais, financeiros, orçamentários diretamente àqueles relacionados.

Também, foi possível notar pelas falas e debates dos participantes que a auditoria ambiental proposta (ainda que de maneira simulada) já permite, traz ganhos significativos para a compreensão de legislações específicas sobre o terceiro setor, sobre a legislação ambiental e sobre o patrimônio ambiental que o instituto possui, o que, de fato, até então era desconhecido, sem a compreensão de uma contabilidade ambiental para os ativos ambientais.

Ao realizamos a auditoria ambiental simulada, observamos e registramos inúmeras inconformidades. A primeira delas torna-se marcante, pois a falta de uma política ambiental institucional direcionada ao público em geral é uma inconformidade em destaque. De fato, a instituição precisa, tem o dever de apresentar sua visão, valores e missão àqueles que são seus membros, colaboradores, doadores, voluntários (*stakeholders*) em suas ações por meio de uma política ambiental, além de fixá-la em local visível, de preferência na entrada do instituto, em quadros de avisos, em tabuletas como descrito em normas técnicas. Logo, veiculá-la em qualquer mecanismo de difusão que permita ao visitante, ao participante



verificar rapidamente e acessivelmente o que a instituição lhe propõe ou proporcionará a todos aqueles que necessitarem de seus bens, produtos e serviços.

Contudo, embora, houvera êxito na realização dos diagnósticos, da estruturação de documentação, inventários e a realização da auditoria ambiental, todavia, ainda observamos fragilidades neste processo, mesmo com toda articulação entre os níveis de atuação da organização, a alta administração continua como principal promotor nas ações. Notamos que impera no imaginário coletivo deste grupo que somente a alta administração, e tão somente esta, é detentora de tomar as decisões frente as ações de controle internos e externos.

Assim se faz necessário trabalhar cada vez mais a compreensão do que seja liderança, as boas práticas de gestão proativa, participativa e democrática, para o esclarecimento de que o terceiro setor obedece a uma outra lógica de gestão gerencial, mais igualitária. Portanto, para a alta administração será imprescindível a realização de tantos outros treinamentos vindouros e constantes para alcançar tais objetivos que é a certificação ambiental.



REFERÊNCIAS

ACTU ENVIRONNEMENTAL. Audit Environnemental (2019). Disponível em: https://m.actu-environnement.com/dictionnaire-environnement/definition/audit_environnemental.html. Acesso em: 10 dez. 2021.

ANTONOVZ, Tatiane. Contabilidade Ambiental. Curitiba: Intersaberes, 2014. p. 58-132.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. NBR 14010. Disponível em: www.abnt.org.br. Acesso em: 02 jul. 2021.

_____. NBR 19011. Disponível em: www.abnt.org.br. Acesso em: 06 ago. 2021.

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial – Conceitos, modelos e instrumentos. 2 ed. [atual. ampl.]. São Paulo: Saraiva, 2007. caps. 06 e 07. p. 211-280.

BISWAS, Pretesh. 14001:2015 Internal Audit checklist (2020). Disponível em: <https://preteshbiswas.com/2020/10/09/iso-140012015-checklist/> Acesso em: 03 mar. 2022.

CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. Administração Estratégica – Planejamento, ferramentas e Implantação. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Administração Estratégica).

CAZUMBÁ, Nailton. Auditoria no Terceiro Setor (2017). Disponível em: www.nossacausa.com/auditoria-no-terceiro-setor/ Acesso em 13 ago. 2021. pdf.

_____. Terceiro Setor: Conceitos e responsabilidades (201?). Disponível em: www.nossacausa.com.br. Acesso em: 21 ago. 2021. pdf.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. [Conama]. Resolução n. 306 de 5 de julho de 2002. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codilegi=306>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs.). Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DIAS, Marcos. Auditoria no Terceiro Setor – Uma ferramenta de governança corporativa indispensável. Disponível em: www.crowehorwath.com.br. Acesso em: 12 jul. 2021.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. [ENAP]. Curso de Auditoria e Controle para Estatais. Brasília: Enap, 2019. Módulo I, II, III e IV.

FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. [FAVENI]. Auditoria Ambiental. São Paulo: Favени, 2020. Apostila, 40 p. pdf.

GARCIA, kátia Cristina. Avaliação de Impactos Ambientais. Curitiba: Intersaberes, 2014.

INTERNATIONAL STANDART ORGANIZATION (ISO). ISO 19011: 2018 - Guidelines for auditing management. Disponível em: www.iso.org. Acesso em: 21 jan.2022.



INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD-SECTOR RESEARCH. [ISFTSR]. A Importância do Terceiro Setor para o PIB no Brasil e em suas Regiões. Disponível em: <https://www.istr.org/news/635673/A-Importancia-do-Terceiro-Setor-para-o-PIB-no-Brasil-e-em-suas-Regies.htm>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IOSCHPE, Evelyn Berg. (Org.). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KLASTON MANAGEMENT. Check-List ISO 14001:2015. Disponível em: <https://klaston.com/check-list-da-norma-iso-140012015-gratuito/> Acesso em: 05 mar. 2022.

KNAPIK, Janete. Gestão de Pessoas e Talentos. 3 ed. [rev. ampl.]. Curitiba: IBPEX, 2011.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON III, Elwood F.; SWANSON, Richard A. Aprendizagem por resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. 2. ed. Tradução Danielle Torres. São Paulo: Campus Elsevier, 2005.

LACRUZ, Adonai José. Gestão de Projetos no Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Altabooks, 2017.

LOBO, Emy. O que é a taxonomia de Bloom? Disponível em: <https://www.futura.org.br/trilhas/o-que-e-a-taxonomia-de-bloom/> Acesso em: 17 jan. 2022.

MARCOUSÉ, Ian; SURRIDGE, Malcolm; GILLESPIE, Andrew. Administração. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAZZAROTTO, Ângelo de Sá; BERTÉ, Rodrigo. Gestão Ambiental no Mercado Empresarial. Curitiba: Intersaberes, 2013. p. 123-133.

MORAES, Glauciane Schmidt Bueno de; PUGLIESI, Érica. (Orgs.). Auditoria e Certificação Ambiental. Curitiba: Intersaberes, 2014.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. [OTS]. Legislação – Definições de ONG - OS - OSC - OSCIP. Disponível em: www.observatorio3setor.org.br/legislacao. Acesso em: 03 nov. 2021.

ONGSBRASIL. Ongs Ambientais. Disponível em: ongsbrasil.com.br Acesso em: 02 set. 2021.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Tradução Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil, ONU, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/USURIO~1/AppData/Local/Temp/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2022.

PLATAFORMA MROSC. Marco Regulatório das OSCs: A construção da agenda no governo federal – 2011 a 2014. Disponível em: http://www.participa.br/articles/public/0016/8824/04.12.15_MROSC_ArquivoCompleto_Capa_Miolo.pdf

PEREIRA, Milton. (Org.). Gestão para Organizações Não Governamentais. 1 ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013.

PHILIPPI JR. Arlindo; AGUIAR, Alexandre de Oliveira; Auditoria Ambiental. *In*: PHILIPPI JR. Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. [editores]. Curso de Gestão Ambiental. Barueri – SP: Manole, 2004. Cap. 23. p. 805-856.



ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, Davi A.; WOLTER, Robert. Fundamentos de Gestão. [trad. Luciano Antonio Gomide e ver. tec. Ana Laura Lima Moreira Giacomo e Flávia Ribeiro]. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Janaína; SEARA, Lucas; TEIXEIRA, Rozangela Borota. Transparência no Terceiro Setor: reflexões e orientações a partir do ordenamento jurídico e auditoria do TCE/SP. Disponível em: www.osclegal.medium.com/transpar%C3%Aancia-no-terceiro-setor-refle%C3%B5-es-e-orienta%C3%A7%C3%B5es-a-partir-do-ordenamento-jur%C3%Adico-e-f8509e293560. Acesso em: 18 out. 2021.

SAE DIGITAL. Taxonomia de Bloom. O que é? Quais são seus objetivos? Disponível em: <https://sae.digital/taxonomia-de-bloom/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20a%20Taxonomia,necess%C3%A1rias%20para%20que%20isso%20ocorra>. Acesso em: 02 mai. 2023.

SHOJI, Camila; MANTONI, Wagner Cesar. Fortalecimento do Terceiro Setor na Gestão Ambiental: O caso da ONG Instituto Caus Ambientalis. 2018. 43p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão Ambiental). Centro Universitário Senac, Jabaquara-SP, 2018.

SILVA, César; PRZYBYSZ, Leane Chamma Barbar. Sistema de Gestão Ambiental. Curitiba: Intersaberes, 2014. p.114-164.

SILVA, Luciana. 7 passos para criar um relatório de auditoria eficiente (2021). Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/blog-pt.checklistfacil.com/relatorio-de-auditoria/> Acesso em: 03 mar. 2022

STADLER, Adriano; MAIOLI, Marcos Rogério. Organizações e Desenvolvimento Sustentável. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Coleção Gestão Empresarial).

TAMARTHI ASSESSORIA EMPRESARIAL. [TAE]. Auditoria no terceiro setor – Qual a importância? Disponível em: <https://www.tamarthi.com.br/auditoria-no-terceiro-setor-qual-a-importancia/> Acesso em: 17 set. 2021.

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.93-100, jan./jun., 2007.

VILELA JÚNIOR, Alcir. Auditoria Ambiental: Uma visão crítica da evolução e perspectiva da ferramenta. In: VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques. (Orgs.). Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental – Desafios e Perspectivas para as Organizações. São Paulo: Senac, 2006. p. 149-168.